

# O FIM DO ESTADO

*Alessandro Diaféria*

Aluno do 2º ano do Curso de Graduação da  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

**Resumo:** O trabalho mostra, a partir da análise de um texto de Norberto Bobbio, numa visão simples e objetiva, os aspectos básicos de alguns dos mais polêmicos temas referentes à Teoria do Estado. Eles são abordados de maneira sintética, favorecendo, assim, melhor entendimento do contexto formulado. Entretanto, foi realizada referência ao final do Estado, pois é este, sem sombra de dúvida, um dos mais controvertidos tópicos concernentes a essa matéria, sendo, inclusive, fonte de várias teorias como o Anarquismo, a Tecnoocracia, o pensamento de Marx e Engels e o Estado como mal necessário a título de exemplo. Além disso, tentamos transferir uma certa dose de saber teórico à atual situação do País, objetivando, outrossim, estabelecer comparativos entre o arcabouço teórico e a realidade prática do Brasil de hoje.

**Summary:** This work show, by a simple point of view, fundamental aspects of the conception of the State, and we works beside of the thought of Norberto Bobbio. Here we try to understand the idea of the end of the State, reading Marx, Engels and Bobbio like exemple. Here in Brazil, we used to think in the state as a god, who could give us all answers. After years of bad experiences, we changed our minds. Nowadays we are sharing our problems and working together: civil society and government.

**Unitermos:** Conceito e Fim de Estado; Anarquismo; Teorias político-filosóficas.

## Sumário

### I - Análise do texto de Bobbio

- a) - A Concepção Positiva do Estado
- b) - O Estado Como Mal Necessário
- c) - O Estado Como Mal Não-Necessário

## II - Pesquisa - temas básicos desenvolvidos

- a) - O Estado Positivo
- b) - República Ideal
- c) - Não-Estado (Igreja) e Estado Mínimo
- d) - Luta de Classes - O Pensamento de Marx e Engels
- e) - Tecnocracia
- f) - Anarquismo

## III - Opinião

### O Fim do Estado

#### I. A Análise do Texto de Bobbio

##### A - A Concepção Positiva do Estado

Inicialmente, Bobbio propõe o problema da confusão existente entre dois aspectos relativos ao Estado: há uma certa distinção entre o fim do Estado e crise do Estado. Por crise do Estado, se entende uma insuficiência do mesmo em relação às exigências da sociedade e as contradições decorrentes do próprio. Isso numa visão conservadora. Num enfoque marxista a crise do Estado capitalista decorre da concorrência.

O valor positivo e o valor negativo do Estado estão relacionados ao fim do mesmo. O valor positivo se traduz, basicamente, pelo fato de os indivíduos acreditarem na supremacia total do Estado, sendo de acordo com o autor, influenciados a pensarem numa não extinção do Estado, ou seja, o Estado como sendo benéfico ao povo, a solução dos problemas da vida em sociedade.

Para Aristóteles, a *pólis* tinha a finalidade de proporcionar uma vida feliz. Muitos autores ensinam isso: Hobbes, Rousseau, Hegel e outros.

Bobbio finda o subcapítulo fazendo referências à República Ótima, ou seja, o Estado não deve se extinguir mas sim aperfeiçoar-se à sua real essência, à República Ideal. Porém, esse aspecto está vinculado a uma visão imaginária, irreal, pelo conteúdo extremamente perfeito pois seriam elementos necessários, entre os quais um ordenamento essencialmente perfeito - o elemento objetivo positivado pelo Estado - elementos igualmente perfeitos no tocante ao comportamento de cada cidadão - elemento subjetivo pois parte da concepção individual.

O que se conclui, portanto, e que até mesmo essas verdadeiras utopias, no sentido lato, têm uma visão positivista do Estado, segundo a qual a finalidade do mesmo é proporcionar uma vida justa e feliz a todos, sendo conseqüente o seu não fim.

##### B - O Estado Como Mal Necessário

Do mesmo modo que há concepções positivas, há, também, as negativas. São elas: o Estado como sendo mal necessário e a que propõe a não-necessidade do

Estado, sendo que esta segunda teoria prevê, indubitavelmente, o final do Estado. Analisaremos, primeiramente, o Estado como mal necessário.

Essa concepção, por sua vez, tem duas formas de se veicular: primado do não-Estado Igreja e do não-Estado sociedade civil.

A questão do medo, ou seja da dominação do Estado sobre os governados é mencionada. Mesmo ao fazer algo errado esse algo é feito com certo teor do medo. No entanto, o autor dispensa o laço que une a concepção negativa do Estado e a antropologia pessimista.

Nesta visão negativa do Estado fica bastante difícil identificar o seu fim, pois antes o Estado do que a Anarquia.

Analisando o lado do não-Estado sociedade civil, percebe-se a existência, segundo o autor, do Estado Mínimo, ou seja, do Estado com funções reduzidas, as quais se materializam apenas funções básicas (defesas externa e interna; administração pública). Isso, porém, não significa que o Estado Mínimo seja um eufemismo da anarquia ou da falta de governo. Representa uma corrente de pensadores que acredita, basicamente, no fato de a sociedade melhor se desenvolver sem a presença constante e irrefutável do Estado nos diversos aspectos da sociedade industrial.

O autor termina a explanação fazendo referências a uma nova teoria, anglo-saxã do *Guild socialismo*, segundo a qual o Estado deve ter apenas funções coordenativas, de orientação e não de dominação.

### C - O Estado como mal não-necessário

Se considerarmos o Estado como um mal e como sendo desnecessário à vida coletiva, fluiremos, imediatamente, para um possível e praticamente certo fim do Estado. A sociedade para se ver exonerada do Estado tem, logicamente, de viver sem necessidade do poder coercitivo emanada pelo Estado.

A teoria que melhor expressa esse aspecto é a Marx-engelsiana. Segundo essa teoria o Estado nasceu em função das classes divididas. A partir do momento em que se extingue a luta de classes, ou seja, quando houver uma única classe igualitária sem distinções econômicas e sociais, a ditadura do proletariado; a presença do Estado não será mais imprescindível.

Evidentemente, há outras teorias sobre o final do Estado. Uma delas é a sociedade sem Estado de origem religiosa. A base dessas sociedades é o evangelho religioso, não tendo o Estado nenhuma função nessas sociedades.

Há, por outro lado, a sociedade tecnocrática, industrial, de Saint-Simon.

Finalizando, o autor cita uma sociedade sem Estado embasada por uma teoria e uma corrente: o anarquismo, que visa, *a priori*, a extinção de todas as amarras que prendem o homem a qualquer tipo de autoridade, ou seja, uma sociedade em que haja a cooperação de todos para com todos, voluntária, sem imposições, sem distinções e sem obrigações entre si. No fundo é uma sociedade que busca a igualdade de todos, imparcialmente.

## II - Pesquisa - temas básicos desenvolvidos

### A - O Estado Positivo

Autores: Machiavel - Hobbes - Rousseau - Hegel

#### *Machiavel*

O Estado Machiavélico é visto, sobretudo, em sua grande obra *O Príncipe*.

Apesar de o Estado de Machiavel ser um Estado bruto, onde o governante para dirigir bem a nação toma medidas duras, se necessário, para com o povo, é válido citá-lo pois na essência, o objetivo machiavélico é um Estado onde as paixões humanas sejam controladas com finalidades benéficas para todos, mesmo que para atingir isso sejam necessários meios violentos. Aí se encaixa perfeitamente sua ilustre frase: "Os fins justificam os meios".

Machiavel analisa que os homens sempre agiram pelas formas da corrupção e da violência. A esse realismo antiutopista alia-se uma tendência utilitarista pela qual Machiavel pretende desenvolver uma teoria voltada para a ação eficaz e imediata. O pensamento machiavélico representa as tendências políticas de sua época, quando se formam as monarquias nacionais. Por isso esboça na obra *O Príncipe*, o perfil do governante investido de poder absoluto.

Inclui Machiavel nestes escritos pois apesar dos seus "meios" serem um tanto perversos na persuasão do povo, os "fins" são de conteúdo benéfico para o Estado e para o povo, de um modo geral.

#### *Hobbes*

Como teórico do absolutismo, Hobbes pregou o Estado forte, representado pelo famoso Leviatã. O Estado de natureza hobbesiano fundamenta-se principalmente na seguinte asserção: "o homem, no estado de natureza, é lobo do próprio homem". Com isso, percebe-se que o homem se deixado ao léu, sem um poder de coerção, sem "rédeas", fica dominado pelos seus instintos, pelas suas paixões, não tendo senso de comunidade, logo não respeita seus semelhantes na medida em que está para atingir seus objetivos. Individualismo e egoísmo complexamente associados.

No entanto, Hobbes não propõe apenas o problema, ele propõe a solução: o Estado absolutista, o Leviatã.

O Leviatã resolveria todos esses tipos de problemas. Com ele o Estado seria benéfico, apesar de ser forte, pois os homens se respeitariam mutuamente e caso contrário o Estado tomaria as providências para que a paz fosse promovida.

Conclui-se, portanto, que Hobbes teoriza um Estado um tanto positivista - apesar de considerá-lo como mal necessário (negativista) no sentido de o Estado se preocupar com a segurança daqueles que, pelo contrato, investiram todos os poderes no soberano; logo a obrigação do soberano é a de dar paz aos seus súditos. Isso nos transmite um visão positiva do Estado.

*Rousseau*

Rousseau preconiza, acima de tudo, a soberania do povo, a democracia no seu real sentido. Desenvolve o seu pensamento a partir da hipótese do homem em estado de natureza - isso o assemelha a Hobbes e a Locke - e procura resolver a questão da legitimidade do poder nascido do contrato social.

A teoria do bom selvagem explica as suas idéias. Na medida em que o homem vivia na primitividade trabalhando apenas para o seu sustento, a sociedade era pacífica. A partir do momento em que o homem passou a sustentar outro homem é que surgiram a propriedade e a desigualdade, e o trabalho tornou-se necessário. Com isso os homens perdem o real sentido da vida pacífica e passam a viver em sociedade, mas com um certo grau de discórdia e concorrência.

Rousseau parece demonstrar extrema nostalgia desse estado feliz em que vive o bom selvagem. Porém, a propriedade introduz a desigualdade entre os homens, a diferenciação entre os extremos: rico/pobre; forte/fraco; governante/governado e assim por diante.

A teoria de Rousseau não nos mostra claramente que o Estado é a solução dos problemas da sociedade, - para ele a real e correta sociedade é explicada pela teoria do bom selvagem -, no entanto, é válido citá-lo nessa concepção positiva do Estado porque parte, analogamente a Hobbes, do fato que os homens - para ele após a fase primitiva - viveriam em eterno conflito. Nesse ponto, sua teoria converge, de certo modo, com outros pensadores do Estado racional.

*Hegel*

Para Hegel, o Estado é uma das mais altas sínteses do espírito objetivo. O Estado sintetiza, numa realidade coletiva, a totalidade dos interesses contraditórios entre os seus membros; a sociedade civil, a síntese que supera as divergências entre diversas famílias, o Estado representa a unidade final, à síntese mais perfeita que supera a contradição existente entre o privado e o público. Portanto, o Estado se define por não possuir nenhum interesse em particular, mas apenas os interesses comuns e gerais a todos. A posição de Hegel difere das teorias contratualistas que o precederam, na medida em que coloca o Estado como fundamento da sociedade civil e da família, e não vice-versa.

Enquanto que para Locke e Rousseau o Estado se subordina ao povo, para Hegel o Estado funda o povo e a soberania é do Estado. A partir disso, percebe-se o conteúdo positivista da concepção hegeliana do Estado. O Estado é autoridade máxima, cabendo a ele fornecer os diretivos da conduta ao povo, para que a sociedade se mantenha normalmente, mesmo que para isso ela fielmente se subordine ao Estado.

**B - República Ideal**

Antes de configurar uma materialização da república ideal, é válido fazer uma breve introdução ao sentido da palavra república, isoladamente, suas principais acepções, aliadas às suas características básicas.

A república é uma forma de governo oposta à monarquia, visto que demonstra a possibilidade de participação do povo no governo. A Antiguidade nos faz lembrar a república romana, cujo sentido não se adapta, de certo modo, ao sentido moderno.

Um dos grandes teóricos da república na idade moderna foi Thomas Jefferson, que, entre outras coisas, pregava o fim total da monarquia.

A república, considerada a expressão democrática do governo, se mantinha como limitadora do poder dos governantes.

As características fundamentais da república são:

**temporariedade** o chefe de governo recebe um mandato com um prazo predeterminado. Estabeleceu-se, posteriormente, a proibição de reeleições sucessivas - paralela com a monarquia

**eletividade** - o chefe de governo é eleito pelo povo, exclusivamente.

**responsabilidade** - o chefe de governo deve prestar contas ao povo sobre a sua administração.

Essas são, basicamente, as principais características da república. No entanto, essas características variam de acordo com o tempo, com o lugar e demais aspectos. Quanto à república ideal, pode-se afirmar que é um conceito utópico, na medida em que, ela exista, seriam necessários diversos fatores que isoladamente podem ser, talvez, atingidos mas que conjugados torna praticamente impossível sua realização. São elementos integrantes desse aspecto um ordenamento perfeitamente racional no qual são previstos todas as condutas e seus respectivos regulamentos. O Estado, nas repúblicas ideais imaginárias, seria totalmente presente, quase que onipresente. Isso demonstra um conteúdo extremamente positivo em relação à concepção do Estado.

### C - Não-Estado (Igreja)

Neste ponto-de-vista, é preciso antes de mais nada explicar sinteticamente o que é Não-Estado.

É difícil, entretanto, transformar um conceito tão complexo e tão amplo em palavras.

O Não-Estado vai muito mais longe do que uma definição, no entanto, é possível ter-se uma idéia um tanto clara. Não-Estado se entende por tudo aquilo que o Estado não tem alcance, não tem, de certo modo, definição. Num Estado totalitário, onde o Estado detenha o poder ideológico e ao econômico sob forma de poder político, não há chance para a existência do Não-Estado. No entanto, em uma sociedade onde o Estado não detenha o lado econômico, o qual seja exercido exclusivamente pela burguesia, por exemplo, o Não-Estado vai-se materializar nessa burguesia, pois o Estado não vai ter influência sobre essa burguesia em assuntos estritamente econômicos.

No primado do Não-Estado Igreja deve-se analisar o Estado como um instrumento de coerção psicológica: o Estado vai conter a massa perversa através do medo, ou seja, mesmo que um indivíduo contrarie normas do Estado ele o vai fazer com certo teor de medo, esperando, praticamente, o castigo por parte do Estado, pois ele tem consciência de que aquilo que praticou é desconforme ao ordenamento.

No entanto, é inerente ao Não-Estado, pois o Estado não tem alcance sobre a vontade do indivíduo e o máximo que possa ser feito é coagi-lo psicologicamente ou até fisicamente.

No primado do Não-Estado sociedade civil, na qual o poder econômico é imanente aos proprietários, cabendo ao Estado apenas as funções básicas (ordem interna, externa e administração pública). O Não-Estado vai se formar na medida em que o Estado só tem atuação nestas áreas já citadas, o restante vai estar conjunto ao Não-Estado. Mesmo assim, é válido dizer que o Estado mínimo não significa sociedade sem Estado. Na concepção do Estado como mal necessário é importante ressaltar que nenhuma das teorias preconiza um final para o Estado. O máximo que poderia ocorrer seria o caso já mencionado do Estado mínimo. Percebe-se que nessa teoria há um certo tipo de rejeição, de repúdio à anarquia e o Estado ainda que mínimo é mais plausível que a falta de governo.

#### **D - Luta de classes - O Pensamento de Marx e de Engels**

Ao se analisar a asserção sobre a não-necessidade do Estado, pensamos prática e diretamente no fim do Estado. Este é considerado o detentor das forças e poderes máximos, inclusive os de coerção. Isso significa uma expansão do Não-Estado em detrimento ao Estado.

Segundo Marx e Engels as relações fundamentais de toda a sociedade humana são as relações de produção, que revelam a maneira pela qual os homens a partir de condições naturais usam técnicas e se organizam através de divisão do trabalho social. As relações de produção correspondem a um certo estágio das forças produtivas. Estas consistem no conjunto formado pelo clima, água, solo, enfim fatores de produção.

A maneira pelo qual as forças produtivas se organizam em determinadas relações de produção num dado momento histórico chama-se modo de produção. No entanto, as forças produtivas só podem se desenvolver até certo ponto, pois ao atingirem um estágio por demais avançado, entram em contradição com as antigas relações de produção que se tornam inadequadas. Surgem, então, as divergências e a necessidade de uma nova divisão de trabalho. A contradição aparece como antagonismo de classes. No modo de produção capitalista a relação antitética se faz entre burguês que é o detentor do capital, e o proletário, que nada possui e vive na medida em que vende a sua força de trabalho. Aprofundando mais esse tópico, desembocaremos na "mais-valia", que é a compra da força de trabalho por um preço que se refere a X horas de trabalho, mas que o capitalista faz o empregado trabalhar 2X horas de trabalho. Com x horas de trabalho o operário se sustenta, o restante é a mais valia, lucro para o capitalista.

Esses dados dão uma noção básica do porquê da luta de classes e do que ela é. Analisando a concepção do Estado marxiano e engelsiano, tem-se que o Estado é existente em função dessa luta de classes, ou melhor, com objetivo indireto de oprimir uma classe em detrimento à outra. Naturalmente a classe oprimida é o operariado. Quanto a ditadura do proletariado, quando não houver mais distinção de classes, os privilégios concedidos à burguesia e as dificuldades criadas aos

proletários, o Estado será algo que não terá mais necessidade, pois é válido lembrar que é um mal na visão negativista. E como é afirmado no livro: o Estado morrerá naturalmente.

No entanto, como comentário final, gostaria de expressar que segundo Engels e Marx o Estado será desnecessário na medida em que a luta de classes desaparecer. Isso é lógico ao se analisar a sua proposta. Mas se a luta de classes não se extinguir, numa hipótese, a própria teoria Marx-engelsiana nos prega a necessidade do Estado, pois o final do Estado nessa teoria é o final do raciocínio; no entanto se numa visão realista a luta de classes continuar e se efetivar o Estado continuará necessário para fazer a própria luta de classes se perpetuar.

É evidente que a antítese apresentada vai totalmente contra os preceitos de Marx e de Engels, mesmo assim é válido citá-la apenas como comentário, não tendo nenhuma pretensão crítica ou corretiva aos grandes pensadores e às suas respectivas teorias.

#### **E - Tecocracia - Saint-Simon**

O conceito básico dessa teoria é o da sociedade industrial, relacionado às fábricas e todas as consequências da revolução industrial.

Saint-Simon divide a sociedade em duas categorias: os industriais que intervêm diretamente na produção de bens, e os ociosos, antigos privilegiados da nobreza e do clero que vivem da renda da terra. Vê na Revolução Francesa não só a realização de um ideal da razão, mas uma luta efetiva entre grupos sociais determinados.

Estabelece ainda um plano de sociedade industrial - uma sociedade dirigida pelos produtores. Entende-se por produtores não só a classe operária mas todos os que criam banqueiros, empresários, sábios, artistas. Seu objetivo é melhorar a sorte da classe mais numerosa, mais pobre. Seu pensamento comporta uma crença na ciência e uma crença no espírito religioso. Daí a ressalva feita por Bobbio quanto à influência religiosa, o "nouveau christianisme", na sua obra.

#### **F - O Anarquismo**

É comum as pessoas identificarem o anarquismo como sendo, caos, bagunça. Na verdade, não se trata disso. Ao pé da letra anarquia significa sem governo. O princípio que rege o anarquismo está na declaração de que o Estado é nocivo e desnecessário, pois há formas alternativas de organização voluntária.

A proposta anarquista não se deve confundir com individualismo, pois essa organização coercitiva deve estar fundada na cooperação e na aceitação da realidade da comunidade. O homem é um ser capaz naturalmente de viver em paz com seus semelhantes, mas as instituições autoritárias deformam e atrofiam tendências cooperativas. Nota-se aí a tese da espontaneidade tão defendida por Rousseau. Surge então um aparente paradoxo, ou seja, a realização da ordem na anarquia: mas a ordem da anarquia é uma ordem natural.

Neste sentido, a sociedade estatal possui uma estrutura cuja construção é artificial, pois cria uma pirâmide em que a ordem é imposta de cima para baixo. A sociedade anarquista seria, não uma estrutura, mas um organismo que cresce de acordo com as leis da natureza, e a ordem natural se expressa pela autodisciplina e cooperação voluntária, e não pela decisão hierárquica.

Por isso os anarquistas repudiam até a formação de um partido, já que prejudica a espontaneidade da ação, tendendo a burocratizar e a exercer formas de poder. Também tem as estruturas teóricas, na medida em que podem tornar-se corpo dogmático. Daí o anarquismo ser mais conhecido como movimento vivo e não tanto como doutrina. A ausência de controle e poder torna o movimento anarquista oscilante, sempre frágil e flexível, podendo ficar inativo por muito tempo, para surgir espontaneamente quando necessário.

A crítica à existência do Estado leva à tentativa da pirâmide do poder que o Estado representa, a organização social que deriva dessa inversão deve-se reger pelo princípio da descentralização, procurando estabelecer a forma mais direta de relação, ou seja, a do contrato "cara a cara". A responsabilidade começa a partir dos núcleos vitais da vida social, onde também são tomadas decisões: o local de trabalho, os bairros. Quando isso não é possível por envolver outros segmentos, formam-se federações. O importante, porém, é manter a participação, a colaboração e a consulta direta entre as pessoas envolvidas.

Os anarquistas criticam a forma tradicional de democracia parlamentar, pois a representação contém o risco de alçar ao poder um demagogo. Quando a decisão envolve áreas mais amplas, havendo necessidade de convocação de assembleia, a proposta é de escolha de delegados por tempo limitado e sujeitos à revogação do seu mandato.

Os grandes expoentes do anarquismo foram Bakunin, Proudhon, e Kropotkin. Além destes o anarquismo encontra simpatizantes em Oscar Wilde, Tolstoi, George Orwell, Picasso, Aldoux Huxley e outros.

Atualmente, um importante movimento ligado ao anarquismo foi o movimento estudantil de 1968.

### III - Opinião

Nesta parte do trabalho, concentrarei minha opinião principalmente em aspectos que melhor se adaptem à atual realidade.

O atual Estado brasileiro passa por diversas crises que são conseqüências de problemas de outrora e assim por diante. Esses problemas vêm se agravando desde a década de 1960, com a atenuante de que a indústria nacional já estava praticamente encaminhada, graças a Juscelino Kubitschek. Sem isso a situação seria semelhante a de um Paraguai, cujos produtos industrializados provêm, em maioria, do exterior. O plano de desenvolvimento de Juscelino estava ligado a uma noção de longo prazo, porém com o golpe militar houve muitas mudanças: os grandes problemas da atualidade nascem, de certo modo, nessa época. A dívida externa aumenta dia a dia, o povo tem salário mínimo irrisório, a saúde totalmente precária, além do péssimo atendimento médico, a educação seriamente prejudicada, a

segurança lastimável, e assim por diante, completando um círculo vicioso interligado.

Em um país com estes tipos de problemas, é difícil de teorizar um Estado que solucione todos os problemas, pois tanto na visão positiva quanto na negativa a função do Estado é proporcionar a resolução das problemáticas da vida em sociedade. O que difere entre as duas teorias é a nível de enfoque: uma vê o Estado Benéfico, a outra como sendo um mal necessário ou não. Se se adota um Estado forte, pode-se consertar o país, mas ao custo de perdermos nossas liberdades inalienáveis, sem falar no risco desse governo forte não conseguir resolver os problemas. Por outro lado, se se adotar uma anarquia, ou então o Estado mínimo, se consolidarão de uma vez, a discórdia, a ganância e a guerra, de todos contra todos, pois cada um vai pensar somente nos seus objetivos, não vai haver fraternidade e será quase que certa a volta ao Estado de natureza. Por aí se percebe que os extremos dificilmente funcionariam aqui no Brasil, hoje em dia.

O que seria preciso, acima de tudo, é a conscientização do povo, dos governantes no sentido de tentar evoluir a sociedade num âmbito comum a todos. Havendo esse senso de união, de vida coletiva, grande parte dos problemas seriam resolvidos, pois, como disse, fazem parte de um círculo vicioso interligado, e com isso resolvendo-se um problema, parte de outro problema já estaria solucionado.

Quanto ao final do Estado no Brasil, deve-se considerar essa hipótese bastante longínqua, pois para haver o final do Estado são pressupostos vários condicionantes: alto senso de vida em coletividade, liberdade, conscientização do povo em geral. Até hoje isso não ocorre com a devida intensidade, aqui no Brasil. Resta a nós, brasileiros, considerar uma sociedade sem Estado como sendo uma sociedade de Vanguarda, pelo menos por enquanto.

### Bibliografia

ALVES, Alaôr Caffé. *Estado e ideologia : aparência e realidade*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ARRUDA, Maria Lúcia Aranha & PIRES, Maria Helena. *Filosofando*.

BOBBIO, Norberto. *Estados, governos e sociedade : para uma teoria geral de política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHEVALIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Machiavel a nossos dias*

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 14 ed. São Paulo, Saraiva, 1989.

MATOS, Olgaria. *Rousseau* : uma arqueologia da desigualdade

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 4. ed. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Portugal, Brasil, Ed. Presença, 1980. 2v.

São Paulo, agosto de 1989.